



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

ESPECIAL II

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE JULHO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PR	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Partido Democratas	Plauto Miró
PT	Péricles de Mello
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN	Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV	Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR	Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Fernandes Litro - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

ESPECIAL II

Eleição de Conselheiro para o Tribunal de Contas do Estado

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Leitura do Relatório.....	05
Encaminhamentos:	

Dep. Douglas Fabrício.....	06
Dep. Valdir Rossoni.....	08
Dep. Marcelo Rangel.....	10
Dep. Elio Rusch.....	10
Dep. Waldyr Pugliesi.....	12
Dep. Pastor Edson Praczyk	13
Dep. Péricles de Mello	13

Eleição	14
Encerramento da Sessão	14

ESPECIAL II

Eleição de Conselheiro para o Tribunal de Contas do Estado

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA SESSÃO ESPECIAL PARA ELEIÇÃO DE CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às quinze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval

Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53).

Ausente o Sr. Deputado Felipe Lucas (01).

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus declaro aberta a presente Sessão Especial para a eleição do Conselheiro do Tribunal de Contas, na vaga deixada pela aposentadoria do Conselheiro Henrique Naigeboren.

Esta presidência esclarece aos Srs. Deputados que hoje pela manhã, precisamente às 8h20, aqui na sala da presidência, o Presidente recebeu determinação da Diretora do Departamento Judiciário, Leda de Souza Barcellos, determinação do Exmo. Sr. Desembargador Relator Jorge de Oliveira Vargas, fotocópias de peças extraídas dos autos de Mandato de Segurança nº 508363/4 do Fórum Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em que figura como impetrante Rogério Ribeiro e impetrado o Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná e outros, para que no prazo legal preste informações que entender necessárias.

Comunico ainda que foi deferida a medida liminar pleiteada para suspender a deliberação do nome do novo Conselheiro do Tribunal de Contas da Assembléia Legislativa, marcada para o dia 09 de julho de 2008.

Tão logo esta presidência recebeu esta citação, reuniu o Departamento Jurídico da Casa e impetrou Mandado de Segurança nº 508539/8 e recebeu a seguinte resposta:

OFÍCIO 225/08 - DDJ

Curitiba, 08/07/08.

Senhor Presidente:

Cumprindo determinação do Exmo. Sr. Desembargador Relator, Jorge de Oliveira Vargas, encaminho a V. Exa. fotocópias de peças extraídas dos autos de Mandado de Segurança nº 508363-4, de Foro Central da Comarca da região metropolitana de Curitiba, em que figuram como Impetrante Rogério Iurk Ribeiro e Impetrado Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e outros, para que, no prazo legal, preste as informações que entender necessárias. Comunico, ainda, que foi deferida a medida liminar pleiteada, para suspender a deliberação do nome do novo Conselheiro do Tribunal de Contas, pela Assembléia Legislativa do Estado, marcada para o dia 09/07/08.

(a) LÊDA DE SOUZA BARCELLOS

Diretora do Departamento Judiciário

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 508539-8

A fundamentação é extremamente relevante.

A decisão judicial impugnada, permissa vênua, mostra-se realmente discrepante do Direito, inconstitucional, pois o parágrafo único do artigo 56 da Constituição Estadual banuiu da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o voto secreto.

Além disso, a Emenda Constitucional nº 045/04, que tratou da reforma do Poder Judiciário, disciplinou no inciso X do artigo 92 da Constituição Federal que as promoções e remoções na carreira da Magistratura devem ser por voto nominal, aberto e fundamentado.

O membro do Tribunal de Contas não deixa de ser um Magistrado.

Aí está o princípio da simetria. Demais disso, o voto aberto representa a consagração do princípio da publicidade e transparência. O voto secreto, ao contrário, disso não trata.

É de se observar, ainda, que o ato da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná é interna corporis, de modo que, ao que tudo indica, nesta fase de cognição sumária, restou desrespeitado o princípio constitucional da separação dos Poderes do Estado, consagrado no artigo 54 da Carta Magna Federal.

Tudo isso demonstra ser inaplicável à espécie a Súmula 267 do STF.

As alegadas pressões, por outro lado, ainda que se possam aceitá-las, não justifica a votação secreta, visto que os Deputados são membros de um Poder do Estado, gozando de garantias constitucionais que asseguram sua independência.

Por último, o risco na demora é concreto e evidente porque, adiante, cassada a decisão impugnada, o

Poder Legislativo Estadual, sofrerá, sem dúvida, danos graves de difícil e incerta reparação, notadamente abalo de crédito perante a opinião pública.

Nessas condições, defiro a liminar pleiteada para suspender os efeitos da decisão da ilustre autoridade impetrada.

Com isso, poderá ser realizada a Sessão de escolha de membro do Tribunal de Contas, nos moldes regimentais.

Comunique-se, com urgência, pelo meio mais rápido possível.

Notifique-se a autoridade coatora para, no prazo legal, prestar as informações necessárias.

Vista, após, à Procuradoria Geral de Justiça.

Intimem-se.

Curitiba, 09/07/08.

(a) Des. PAULO ROBERTO HAPNER - Relator

À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Isto posto, esta presidência esclarece ao Plenário que para a escolha será adotado o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 675/08, de 26 de junho de 2008.

Solicito à nobre Deputado Cida Borghetti, 1ª Secretária, a leitura do Ato da Comissão Executiva.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 675/08

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais no Capítulo VI do Título V, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

R E S O L V E :

Art. 1º Constatada a vacância no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, cuja escolha é de competência da Assembléia Legislativa, será aberto o prazo de 5 (cinco) dias, para as inscrições de candidatos.

Parágrafo Único. As inscrições serão feitas no Protocolo Geral da Assembléia Legislativa e dirigidas ao Presidente do Poder Legislativo.

Art. 2º Encerrado o prazo de inscrições, os pedidos serão enviados à Comissão Especial, constituída por cinco membros, assegurada a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares com assento na Assembléia Legislativa.

Art. 3º A Comissão Especial opinará através de parecer sobre os inscritos no prazo de 2 (dois) dias, enviando a relação dos aprovados para deliberação do Plenário.

Parágrafo Único. A Comissão Especial poderá ouvir os inscritos, em Sessões reservadas.

Art. 4º Recebido o parecer, a Mesa convocará, dentro de 5 (cinco) dias, Sessão Especial para deliberar sobre os nomes aprovados pela Comissão Especial.

§ 1º Na Sessão Especial cada Deputado só poderá fazer uso da palavra uma vez, pelo prazo de 15 (quinze) minutos.

§ 2º Os oradores deverão se inscrever antes do início da discussão.

§ 3º Os apartes, quando permitidos pelo orador, não poderão exceder a 3 (três) minutos.

Art. 5º A Assembléia Legislativa deliberará sobre a escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas, por votação nominal, em discussão única.

§ 1º Será considerado escolhido o candidato que obtiver a metade mais um dos votos dos Deputados presentes.

§ 2º Se nenhum dos candidatos alcançar maioria na primeira votação, far-se-á, em seguida, nova votação, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se escolhido aquele que obtiver a maioria dos votos dos Deputados presentes.

§ 3º Na hipótese de empate no resultado da votação descrita no parágrafo anterior, vencerá o candidato mais idoso.

Art. 6º A Assembléia Legislativa comunicará ao Governador, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o resultado da deliberação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25/06/08.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito ao Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, Relator da Comissão Especial constituída pelo Ato da Presidência nº 002/08, a leitura do relatório final.

Antes porém, com a palavra o Deputado Elio Rusch, pela ordem.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria que ficasse registrado na Casa, na Sessão de hoje, que ontem à noite, por volta das 21h, recebi um telefonema em casa dos nossos amigos de Itaipulândia onde, lamentavelmente, o Prefeito daquela cidade, Vendelino Royer, embora não seja do meu partido foi meu amigo, pessoa que estimo, foi barbaramente assassinado, após uma reunião no distrito de Caramuru, onde ele estava reunido. Na saída dessa reunião, ele conversava com algumas pessoas e, ao se dirigir ao seu veículo, ele foi abordado por um motoqueiro tendo também uma segunda pessoa na moto. Alguém o chamou pelo nome, ele olhou para o lado e foi assassinado.

Não podemos concordar com isso. Espero que a Secretaria da Segurança Pública, junto com a Polícia Federal e todos os órgãos que possam, de uma ou de

outra forma, participar para elucidar este bárbaro crime para que a sociedade possa ver e saber o que efetivamente aconteceu quando, como eu disse, um crime, um assassinato bárbaro tirou a vida de um Prefeito do nosso estado, mais precisamente da nossa região, Itaipulândia, que tem na sua população gente pacata, trabalhadora e ordeira. Então, independente de partidos, o cargo tem que ser respeitado e esperamos que a Justiça possa efetivamente descobrir os assassinos e se foram contratados ou não. Porque segundo a imprensa, no dia de hoje, isso ocorreu através de profissionais da arma.

Gostaria de deixar registrado na Sessão de hoje, peço escusas a V. Exa. por interromper os trabalhos, mas é um Prefeito de um município do nosso estado. Fica aqui registrado nossas condolências, não só à família, mas a todos os munícipes de Itaipulândia e por que não dizer do estado e de toda nação? Porque a cada dia que passa estamos vendo mais políticos assassinados brutalmente, e isso é lamentável.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero agradecer ao Deputado Elio Rusch por registrar esse lamentável ocorrido na cidade de Itaipulândia. Eu, como acho que também não tenho a palavra livre hoje, quero fazer, numa questão de ordem, este registro e dizer que não dá para entender. Ontem à tarde eu liguei e falei com o Prefeito, conversamos e à noite recebemos a triste notícia do assassinato do Prefeito, um jovem Prefeito, trabalhador, meu amigo, companheiro de partido e lamentavelmente encerra a sua vida através de dois motoqueiros, uma moto com placa do Paraguai. Em baixo do capacete de motoqueiro tem pessoas boas, mas também tem acontecido que muitos criminosos estão embaixo do capacete.

Quero registrar a perda que foi, de um político de expressão. É uma perda muito grande para Itaipulândia e para a nossa região. Já solicitei, através da Secretaria da Segurança e pedi um empenho para que, o mais rápido possível, possa elucidar esse caso gravíssimo que ocorreu na nossa região, na fronteira do lago de Itaipu com o Paraguai. Quero registrar aqui na Casa e esperamos que esse fato possa ser esclarecido o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Assembléia, em nome de todos os Deputados, irmana-se a todas as mensagens de condolências à família e realmente lamenta um fato tão escaboso como este. Apenas hoje pela manhã, o Deputado Reni Pereira estava no gabinete da presidência, quando o Secretário da Segurança já em seguida estava se deslocando a Foz do Iguaçu para ir a Itaipulândia para tentar apurar o ocorrido. Mas esta Casa enluta-se também com o passamento brutal do Prefeito de Itaipulândia.

Leitura do Relatório:

Quero solicitar ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, Relator da Comissão Especial, que faça a leitura do relatório final dando prosseguimento à esta Sessão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. candidatos à vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas.

O Sr. Presidente da Comissão Especial que analisa as inscrições para o preenchimento da vaga do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, Deputado Reni Pereira, a elaboração do parecer que registra o que aconteceu no âmbito desta Comissão. Quero inclusive comunicar aos demais membros da Comissão que é parte integrante desse parecer a ata da nossa reunião ordinária, constando obviamente as objeções feitas, que vou fazê-la, no momento que também profiro a leitura do parecer, mas é parte integrante para todos efeitos formais do parecer, que é exarado na minha condição de Relator.

(Lê):

“COMISSÃO ESPECIAL DE ANÁLISE DAS INSCRIÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA VAGA DO CARGO DE CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

(Constituída pelo Ato da Presidência nº 002/08)

PARECER

Comunicado formalmente a esta Assembléia Legislativa, através do Ofício do Tribunal de Contas nº 243/08-GP, datado de 24/06/08, a ocorrência de vaga para o cargo de Conselheiro daquela Corte de Contas, em virtude da aposentadoria do Conselheiro Henrique Naigeboren, a Comissão Executiva desta Casa de Leis, prontamente baixou o competente Ato nº 675/08, publicado no Diário da Assembléia de quarta-feira, 25/06/08, impondo o rito processual para escolha e preenchimento da vaga, seguindo os preceitos regimentais e constitucionais.

Na mesma data foi lido no expediente da Sessão Plenária, o comunicado oficial deste Poder de abertura do prazo de 05 (cinco) dias para inscrição de candidatos ao preenchimento da vaga, sendo também publicado na data de 26/06, o respectivo edital nos jornais de maior circulação do estado do Paraná, sendo divulgado nos demais meios de comunicação.

Na data de 30/06, foi lido no expediente da Sessão Ordinária o memorando da presidência solicitando aos Srs. Líderes Partidários a indicação de membros para comporem a esta Comissão Especial de Análise, atendido o Princípio da Proporcionalidade Partidária, na forma regimental.

Os partidos procederam suas indicações, ficando assim composta esta Comissão, através do Ato da Presidência nº 002/08:

Deputado Estadual Péricles de Mello; Deputado Estadual Valdir Rossoni; Deputado Estadual Plauto

Miró; Deputado Estadual Luiz Claudio Romanelli e Deputado Estadual Reni Pereira.

Na data de 07/06/08, foi instalada oficialmente esta Comissão, com a missão pecípua de análise do cumprimento, por parte dos candidatos inscritos ao posto, dos requisitos constantes do parágrafo 1º, do artigo 77, da Carta Magna Estadual, na forma da Ata de Instalação, constante em apenso, sendo então eleito o Deputado Reni Pereira para ocupar o cargo de Presidente. Na oportunidade o Presidente da Comissão, Deputado Reni Pereira, indicou para relatar o processo de análise dos inscritos, o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli.”

Faço aqui para esclarecimento de todos, das Sras. e Srs. Parlamentares, que aqui havia sido feita a indicação, pela maioria dos membros da Comissão, para que fosse Presidente da Comissão o Deputado Estadual Valdir Rossoni. O mesmo indicaria para ser Relator o Deputado Plauto Miró Guimarães. Como havia e há uma divergência em relação à função da Comissão e no reconhecimento que o Estatuto da Casa, o Regimento, que é efetivamente aquilo que temos que seguir, ele é homologatório, efetivamente o que houve por parte do Deputado Valdir Rossoni, foi uma manifestação de contrariedade. O mesmo recusou a indicação feita, declinando da possibilidade de ser Presidente.

Por consenso, depois de ser superada essa questão que envolveu a participação do Deputado Valdir Rossoni e do Deputado Plauto, o Deputado Valdir Rossoni foi escolhido e me convidou para poder ser o Relator da Comissão.

Faço essa ressalva, Sr. Presidente, porque foi isso que aconteceu no âmbito da Comissão.

Foram tempestivamente e formalmente inscritos sete candidatos, que apresentaram além do respectivo requerimento de inscrição, documentos necessários para a habilitação no processo de escolha, dados estes integrantes em anexo a este parecer.

Os inscritos foram:

Jorge Antônio de Souza, Gabriel Guy Léger, Maurício Requião de Mello e Silva, Riccardo Bertotti, Vorni Rogério Ferreira, Rogério Iurk Ribeiro e Paulo Sérgio Pereira.

Com o intuito de avaliar-se o cumprimento do disposto no inciso II, do parágrafo 1º, do artigo 77, da Constituição do Estado, ou seja, a comprovação de idoneidade moral e reputação ilibada dos candidatos, foi solicitado oficialmente ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, certidões daquele Poder, em nome dos inscritos, através do ofício do Gabinete da Presidência desta Casa, nº 127/08, datado de 04 de julho do corrente.

Instruído o processo com os documentos fornecidos pelos candidatos e demais informações e dados apurados por esta Comissão, foram formalmente e antecipadamente convocados todos os inscritos a comparecerem na data de 08 de julho de 2008, na sala de reuniões da presidência da Assembléia Legislativa, seguindo-se o

rito imposto pelo Ato nº 675/08, sendo marcados os seguintes horários para a entrevista pessoal dos candidatos:

09:30 horas - Jorge Antônio de Souza.
 09:50 horas - Gabriel Guy Léger.
 10:10 horas - Maurício Requião de Mello e Silva.
 10:30 horas - Riccardo Bertotti.
 10:50 horas - Vorni Rogério Ferreira.
 11:10 horas - Rogério Iurk Ribeiro.
 11:30 horas - Paulo Sérgio Pereira.

Na data e horários aprezados, compareceram os inscritos para entrevista perante os Deputados membros desta Comissão, com exceção do candidato Paulo Sérgio Pereira que sem justificativa formal, não compareceu.

Foram colhidos os depoimentos sendo entrevistados os candidatos que atenderam ao chamamento, sendo na oportunidade, possibilitado a esta Comissão verificar o notório conhecimento jurídico, econômico, financeiro, contábil, bem como os entendimentos referentes à Administração Pública, de cada um dos inscritos.

Cumpridos todos os preceitos impostos pelo Ato da Presidência nº 675/08, verificado o cumprimento dos requisitos para que se assuma o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constitucionalmente imposto através do parágrafo 1º, do artigo 77, da Carta Magna, após exaustiva análise de todos os documentos e entrevistas procedidas, esta Comissão Especial manifesta seu parecer informando o Plenário desta Assembléia Legislativa que os seguintes candidatos inscritos encontram-se perfeitamente habilitados a participarem do processo deliberativo de escolha:

Jorge Antônio de Souza, Gabriel Guy Léger, Maurício Requião de Mello e Silva, Riccardo Bertotti, Rogério Iurk Ribeiro.

Aqui também, para dizer aos demais integrantes da Comissão Especial que é parte integrante dessa Ata, que está anexo, onde houve aqui e faço questão pública de registrar mais uma vez de forma bem objetiva, para que nós tenhamos clareza de tudo aquilo que aconteceu no âmbito da Comissão, que o candidato Riccardo Bertotti requereu a impugnação do candidato Maurício Requião de Mello e Silva com um conjunto de preceitos legais que por maioria, por consenso e entendimento não cabia a aplicação dos preceitos constitucionais que eram ali evocados. Mas ao mesmo tempo, o Deputado Plauto Miró Guimarães e o Deputado Valdir Rossoni eles votaram pelo acolhimento da petição no que tange a inobservância incisos II e III do artigo nº 140 da Lei Complementar nº 113/05, sendo vencidos pela maioria dos votos dos membros. Faço esse registro porque foi isso que aconteceu e tenho que ser absolutamente fiel no meu relato.

Vou ler os que foram incluídos, apenas por óbvio não foi incluído o candidato que deixou de comparecer a oitiva que foi Paulo Sérgio Pereira e também embora tivesse sido dado os prazos, e nós ofertamos esse prazo, e recebemos os documentos em relação ao candidato Vorni

Rogério Pereira para que o mesmo comprovasse os requisitos constantes do inciso III e IV do parágrafo 1º do artigo nº 77 da Constituição Estadual, o mesmo não preencheu os requisitos. Por isso a Comissão decidiu por não inclui-lo no rol daqueles que poderão ser votados.

Por isso, encontram-se perfeitamente habilitados a participar do processo seletivo de escolha: Jorge Antônio de Souza, Gabriel Guy Léger, Mauricio Requião de Mello e Silva, Riccardo Bertotti, Rogério Iurk Ribeiro.

(Lê):

“Estes candidatos encontram-se aptos a exercerem o posto, recepcionando as obrigações inerentes ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, nada constando que os desabonem ou impeçam de postularem, estando todos os nomes retro-mencionados em perfeitas condições de merecerem o exame e a deliberação derradeira e soberana do Plenário desta Assembléia Parlamentar.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 08/07/08.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

É isso, Sr. Presidente. Encerro aqui a leitura e as informações que julguei necessárias acrescentar ao Relatório. A Comissão entende que estes candidatos estão aptos a serem votados.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em nome da Comissão Executiva da Casa, quero agradecer o trabalho desenvolvido pela Comissão presidida pelo Deputado Reni Pereira, integrada pelos Deputados Valdir Rossoni, Luiz Claudio Romanelli, Plauto Miró Guimarães e Péricles de Mello e a todos os servidores da Casa, que de uma maneira ou de outra prestaram assessoria à esta Comissão.

Encaminhamentos:

Vamos iniciar, de imediato, o processo de discussão e votação, que será de acordo com o artigo 5º do Ato da Comissão Executiva. O primeiro Deputado inscrito é o Deputado Douglas Fabrício. V. Exa. tem 15 minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Como não houve nenhum inscrito, me inscrevo, Sr. Presidente.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores.

Quando tomei posse na Assembléia, lembro claramente do dia da posse. Todos os Deputados estavam presentes. Tinha um movimento bastante grande de convidados dos Deputados nas galerias. A Assembléia estava lotada. A imprensa estava totalmente presente. Tinha bastante gente. E era um dia de muita emoção para aqueles que estavam na reeleição, alguns aqui com mais experiência, com diversos mandatos e também uma emoção muito grande para quem estava começando, para quem chegava aqui pela primeira vez. Como é o meu caso e de outros Deputados desta Casa.

Cada um, quando veio para cá, fez campanha nos seus municípios, no estado do Paraná, cada um buscou o voto para poder estar aqui. Todos os que chegaram aqui, chegaram através do voto Da população.

No dia-a-dia do nosso trabalho aqui na Assembléia Legislativa, cada Deputado se definiu: para a Oposição ao Governo ou para apoio ao Governo, Situação. Desde o início eu deixei clara a nossa posição, que seria a de Oposição ao Governo. Porque na campanha eu trabalhei para o candidato a Governador Rubens Bueno, e no 2º turno, numa decisão conjunta do partido, fomos trabalhar para o Osmar Dias.

Também deixei claro aqui, desde o início, que nosso voto, aqui na Assembléia, sempre será a favor da população, de acordo com o que a maioria da população imagina ou pensa. Tivemos situação de voto ou de discussão de aumento de impostos e não chegamos a ir ao voto, porque foi retirado o projeto antes. Mas, nossa posição foi definida, foi clara contra o aumento de impostos. Tivemos outros momentos que me recordo que esta Casa esteve cheia de jornalistas, como está hoje, e quase que com a totalidade dos Srs. Deputados, que foi quando apresentamos um requerimento aqui e ganhamos por apenas um voto para trazer aqui o Presidente da SANEPAR, para explicar naquele momento as dificuldades que a SANEPAR passava com relação às notícias de aumento em aditivos da PAVIBRAS, aquela empresa que teve algumas discussões nesta Casa. O Presidente da SANEPAR veio aqui para explicar por que estava beneficiando; a imprensa dizia que se beneficiava aquela empresa naquele momento.

Então, vejo que aqui na Assembléia Legislativa, que é a casa de todos os paranaenses, quando existe uma discussão importante como esta de hoje, existe um grande interesse da população, seja pela sua presença pessoalmente ou pela presença da imprensa aqui, e hoje estou vendo um grande movimento da imprensa. Fazia dias que não via esse movimento da imprensa aqui na Assembléia Legislativa, é câmara para todo lado, são jornalistas, enfim, tem um movimento grande da imprensa. E o que quero pensar com isso? Que estamos decidindo algo importante para o Paraná, para termos esse movimento assim.

Um outro movimento desse jeito foi quando o Governador veio aqui fazer a sua prestação de contas, quando também houve um movimento da imprensa.

Então, hoje é um dia histórico para o Deputado Douglas Fabrício, porque é a primeira oportunidade que tenho de, representando os meus eleitores, representando os paranaenses, votar para a escolha de um membro do Tribunal de Contas, um Conselheiro do Tribunal de Contas. São poucos os Conselheiros, são aquelas pessoas que detêm um poder imenso, porque julgam as contas dos administradores públicos, dos

Presidentes de Câmara de Vereadores, dos Prefeitos e estamos vendo agora que dia desses saiu uma relação com o nome de alguns Prefeitos, seja porque faltou um documento ou qualquer outro motivo que seja, mas essa relação, no início tinha uma quantidade de nomes e depois foi diminuindo e acabou ficando um número menor de nomes, mas quem decide pela inclusão desses nomes são os Conselheiros do Tribunal de Contas. É um cargo muito importante para a avaliação do trabalho das pessoas que se dispõem a disputar uma eleição.

Pois bem, estamos novamente em um momento de eleição, primeiramente de campanha da eleição municipal. Os brasileiros irão decidir pelo voto quem serão os futuros Vereadores e Vereadoras, Prefeitos e Prefeitas, Vice-Prefeito e Vice-Prefeitas. Aí alguém pode perguntar: mas por que o Douglas está falando sobre eleição municipal? É que tem tudo a ver com o que vamos fazer aqui.

Muitos dos Deputados chegaram aqui pelo apoio de Prefeitos, pelo apoio de Vereadores e de Lideranças que ajudaram na eleição. Os Deputados são os responsáveis por escolher um membro que fará parte desse importante órgão do estado que é o Tribunal de Contas. Quem será o escolhido? A população está muito curiosa para saber quem será o escolhido, quem será aquele que será mais votado aqui, quem foi que fez campanha. No início dessa história existiam aqui alguns candidatos, inclusive Deputados que me procuraram dizendo da sua intenção, depois de grande experiência adquirida aqui dentro, para ser Conselheiro do Tribunal de Contas, o próprio Deputado Caíto Quintana, o Deputado Durval, além de outras pessoas que me procuraram, como o candidato Gabriel, que é membro do Tribunal de Contas, é funcionário concursado lá. Bom, mas todos têm direito, as pessoas se candidataram, alguns abriram mão, e eu procurei usar a palavra nesse momento para deixar clara a nossa posição, colocamos ontem a posição partidária, mas desde o início eu coloquei, não tenho nada contra nenhuma pessoa, muito menos a pessoa que me parece ser uma candidato forte, que é o irmão do Governador, o Mauricio. Como eu disse, eu o conheci, uma pessoa humilde, me pareceu gente boa, mas pela minha coerência desde a campanha e pelo meu compromisso de não nomear parentes para o meu gabinete, e de lutar contra esse tipo de atitude, que vou ler aqui a resolução estadual do PPS, que é a Resolução nº 003 de 2008.

(Lê):

“Define fechamento de questão para escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná.”

Considerando os termos da Resolução nº 009/07 do Diretório Nacional do PPS, responsável por disciplinar fechamento de questão.

Considerando os termos da Resolução nº 007/07 do Diretório Nacional do PPS, responsável por disciplinar os efeitos da nova regra de fidelidade partidária, especialmente o artigo 4º, inciso II.

Considerando os termos do Ato da Comissão Executiva nº 675/08, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, responsável pela convocação do processo de escolha de novo membro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Considerando o firme compromisso do PPS com princípios morais e éticos, a apontar para a rejeição de qualquer prática de nepotismo, em qualquer de suas modalidades.

Considerando as implicações do artigo 40 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná neste processo de escolha do novo Conselheiro do Tribunal de Contas.

A Comissão Executiva e a Bancada Estadual, Resolvem:

a) o PPS manifesta-se a favor do estrito cumprimento dos princípios constitucionais da moralidade, da impessoabilidade e da eficiência da Administração Pública, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e do artigo 27 da Constituição Estadual;

b) em decorrência disso o PPS define que os Deputados Estaduais do partido, na Sessão de escolha do próximo Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a ser realizada pela Assembléia Legislativa do Paraná, estão impedidos, sob pena de falta grave estatutária, a votar na candidatura do Sr. Mauricio Requião de Mello e Silva uma vez que esta candidatura não preenche os requisitos constitucionais acima citados.

Curitiba, em 07/07/08.

*(aa) RUBENS BUENO - Presidente do PPS/PR
RUBICO CAMARGO - Secretário Geral - PPS/PR"*

Então essa resolução deixa claro qual é a posição dos Deputados do PPS pelo fechamento de questão. Como eu disse ontem ainda, poderia ser o irmão do Governador Traiano, nós teríamos a mesma posição; do Governador Plauto Miró, também teríamos a mesma posição. Então, não é contra nenhuma pessoa, é essa posição partidária que respeitamos, e que hoje pelo nosso voto nós estaremos decidindo um assunto muito importante na vida da população paranaense. Como eu disse no início, no dia da nossa posse essas galerias estavam repletas de pessoas que confiaram no nosso trabalho, nos ajudaram na nossa campanha e que pela presença daquelas pessoas, naquele momento, pela imprensa e pela população que cada um de nós aqui representa, que vou na hora do meu voto, me abster de votar, pela forma como foi feita essa imposição goela abaixo.

Vou usar a letra A do painel, que é a cor amarela. E amarelo é atenção.

Então, atenção povo paranaense!
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segundo orador inscrito, Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. candidatos a Conselheiro do Tribunal de Contas.

Queremos deixar claro que nos posicionamos, desde o primeiro momento, contrário ao ritual imposto pela escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas.

Como disse o Deputado Douglas, sabemos qual será o resultado, quem será o escolhido. Mas não é nada pessoal, inclusive é um posicionamento objeto de uma ação popular. Uma ação popular onde pedimos a nulidade do edital, porque achávamos que no edital faltavam alguns requisitos que são normais em qualquer concurso público que seja feito. Principalmente na hora que estamos escolhendo o Conselheiro do Tribunal de Contas. Fizemos de tudo para que isso não acontecesse.

Com a ação popular pedimos uma liminar para que fosse cancelado o edital, não fosse procedida essa votação e fosse feito um outro edital.

Vejam o que aconteceu: ma sexta-feira uma Juíza, não é necessário falar aqui o nome, na nossa ação popular pediu que anexasse alguns documentos, para que tomasse a decisão na segunda-feira. Levamos um azar terrível, porque na sexta-feira, no despacho da Juíza, tínhamos certeza absoluta que se anexássemos os documentos, conseguiríamos a liminar. Na segunda-feira, infelizmente, coincidiu que a Juíza entrou em férias e assumiu o Juiz substituto, que negou a nossa liminar. A vida é assim. Não conseguimos alçar êxito no nosso objetivo. A Juíza entrou em férias e é normal, é um direito trabalhista. Ela entrou em férias e ficamos aguardando a decisão do Juiz substituto, que nos negou a liminar. Primeiro, uma coincidência da vida e da Justiça do Trabalho. É normal o direito de férias.

Segunda grande coincidência. Ontem à noite, estava em casa contando que teríamos a votação no dia de hoje, até porque esta nossa Oposição dá para entrar praticamente dentro de um Fusca amarelo ou numa Brasília amarela. Somos em poucos. Aí, ontem à noite, conseguiram uma liminar suspendendo a votação. Eu disse: opa, vai entrar nos eixos! Agora, no último momento, conseguiram cassar a liminar. Quero só que os Deputados atentem para o que eu estava lendo, aqui, agora, num jornal. Quem concedeu a liminar a um dos candidatos foi o Desembargador Jorge de Oliveira Vargas e quem cassou foi o Desembargador Paulo Habith.

Veja o que pensava esse Desembargador, ele diz o seguinte: "Acontece que tem decisões anteriores onde afasta o cabimento de mandado de segurança contra decisão de outro Juiz, isso porque neste caso existe

recurso próprio, que é o agravo regimental quando não há recurso cabível e não cabe recurso.” Isso é o que pensava o Desembargador. Quando soubemos que esse Desembargador iria analisar se cassava ou não cassava ou não cassava, por essas declarações, achei que não seria cassada a liminar. Nós teríamos um prazo normal. Teríamos 10 dias para um ritual novo e entraríamos num processo normal. Novamente foi cassada a liminar, e decisão da Justiça não se discute, se cumpre e estamos aqui para cumpri-la e vamos votar, daqui a pouco, o novo Conselheiro.

Agora, Sr. Presidente, quero deixar claro, até para que V. Exa. e os Srs. Parlamentares saibam, muitos dos Parlamentares já sabem: por que nós questionamos que não poderíamos votar, no dia de hoje, o novo Conselheiro do Tribunal de Contas? Porque ontem, na Comissão - e aí acredito que há uma falha gravíssima do Tribunal de Contas - Sr. Presidente, V. Exa. recebeu do Presidente do Tribunal de Contas, datado do dia 24/06/08, a seguinte correspondência: “Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa. para comunicar que em face ao disposto no artigo 136, da Lei Complementar nº 113, de 15/12/05, a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Paraná e do contido no artigo 74 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional e, também, em face da aposentadoria do Conselheiro Henrique Naigeboren, encontra-se vago o cargo até então ocupado pelo eminente homem público.” Essa foi a correspondência que o Presidente Nelson Justus recebeu, datado no dia 24 de junho, encaminhada a nossa Comissão, que teve como nosso Relator Deputado Romanelli.

Ouçam a correspondência que recebi no dia de ontem, encaminhada pelo Presidente Nestor Baptista e assinada pelo assessor jurídico do Tribunal de Contas. Que pérola! Em atenção ao Ofício nº 050, encaminhado pelo Deputado Valdir Rossoni, solicitando informações no que se refere à aposentadoria do Conselheiro Henrique Naigeboren, afirmo que - atentar para a correspondência recebida pelo Presidente - ele afirmou para mim, ontem, às 17, 18h: “1º) O requerimento de aposentadoria foi Protocolado sob nº 317794/08, autuado em 13 de junho, tendo como Relator o Conselheiro Heinz Georg Herwig. 2º) O referido processo consta da pauta de julgamento da Sessão Plenária do dia 10 de julho. 3º) Os vencimentos do Exmo. Conselheiro estão sendo pagos normalmente até a conclusão do ato da aposentadoria.” O próprio Presidente, no meu entendimento, me encaminhou uma correspondência no dia de hoje, que o Conselheiro continua recebendo, que será votado amanhã no Plenário do Tribunal, o parecer do Relator da aposentadoria do Conselheiro Naigeboren.

Por isso, achamos que poderíamos aguardar para fazer isso em um ritual totalmente diferente. Mas manda a maioria. Democracia é assim. Somos minoria. Temos o direito de colocar aqui o nosso posicionamento.

Quero encaminhar aqui a última questão, a qual me faz subir nesta tribuna. Sr. Presidente, há três anos atrás, quando discutíamos nesta Casa a Lei Orgânica do Tribu-

nal de Contas, entramos aqui com a Emenda nº 140 eu poderia fazer a leitura, mas o meu tempo é exíguo, que diz que parentes de 1º e 2º grau não poderão julgar as contas, onde eles obtiveram mais de 1% dos votos. Sabemos quem vai ganhar as eleições para Conselheiro do Tribunal de Contas. Aquela emenda aprovada por esta Casa, do artigo 140, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas vale ou não? Quero citar um exemplo, se eleito for aqui - nada pessoal - o candidato Maurício Requião, que é irmão do Governador, portanto tem parentesco de 2º grau. O Governador Requião fez em algum município menos de 1% dos votos? Não. Em todos os municípios do Paraná ele fez mais de 1% dos votos. Então o Conselheiro Maurício só poderá começar a trabalhar pela Lei Orgânica do Tribunal de Contas, em 2014. Porque se encerra o mandato do atual Governador, em 2010. Tem quatro anos de quarentena. Ele vai começar a trabalhar em 2014.

Li em alguns jornais que há uma intenção do Governador atual ser candidato a Senador da República - são os aliados que dizem isso. Vamos fazer uma conta. Ele encerra o seu mandato em 2010. Se ele for eleito Senador da República é natural, sabemos que ele é um homem de grande prestígio ele fará mais de 1% dos votos em todos os municípios do Paraná. Dois mil e dez, oito anos de mandato de Senador - 2018; mais quatro anos de quarentena - 2022. Só quis fazer essa consideração porque sempre fiz isso aqui em vários pronunciamentos e quero fazer da forma mais respeitosa porque sai da presença dos candidatos aqui. Quero fazer da forma mais respeitosa, mas isto é relevante para a nossa decisão.

A população do Paraná, em 2010 terá que tomar uma decisão que talvez esta Casa daqui a alguns minutos tome e não considerou o artigo 140. Em 2010, quando o Governador for candidato a Senador da República, o povo do Paraná terá o poder que nós estamos abrindo mão.

Se a população confere o direito ao irmão do Governador trabalhar a partir do ano de 2014 ou lhe dá férias até o ano de 2022, e confere ao atual Governador o mandato de Senador da República.

Isso é importante, são as minhas considerações. Quero cumprimentar a todos os candidatos a Conselheiros do Tribunal de Contas; quero cumprimentar o candidato Mauricio Requião, que será o vitorioso, dizer que fiquei satisfeito em recebê-lo no meu gabinete. Foi uma conversa respeitosa e transparente. Gostaria que o Dr. Mauricio Requião, interpretasse aqui, quando eu e alguns Parlamentares entramos com a emenda, não existia o Conselheiro candidato Mauricio Requião. Então, não foi uma emenda contra o irmão do Governador. Foi para limitar os abusos que cometiam e cometem dentro do Tribunal de Contas. “Atiramos no que vimos e acertamos no que não vimos”. É esta a realidade. Muito melhor que este meu pronunciamento hoje, certamente seria o silêncio que calaria mais fundo. Mas, eu não poderia fugir de trazer esses esclarecimentos porque muitas vezes na

ausência dos candidatos eu o fiz. E seria falta de coragem, de dignidade e de postura ética.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa, cidadãos do Paraná.

Estou me sentindo bem à vontade. Estou me sentindo muito bem nesta tarde para tomar decisões extremamente importantes sem comprometimentos políticos.

Todos os dias votamos matérias importantes, discutimos, encaminhamos, defendemos e prezo muito pelo meu posicionamento firme, pela minha personalidade política, pelo meu estilo, pelo meu trabalho como Deputado de Oposição aqui na Assembléia Legislativa. Sou humano e posso até errar em algumas votações. Mas, erro por mim mesmo. Eu voto todas as matérias, todos os projetos, todas as leis, todas as discussões, eu analiso sem amarras políticas e me orgulho muito disto.

Vou votar hoje de acordo com a minha consciência. Daqui a uma semana, tenho certeza absoluta, muitas pessoas não vão lembrar de como foi o meu voto aqui nesta tarde. Somente quem irá lembrar de como eu votei será o Conselheiro eleito.

E senhoras e senhores, todos nós sabemos que o novo Conselheiro do Tribunal de Contas será o Sr. Mauricio Requião, irmão do Governador Roberto Requião.

Eu disse ontem que um cargo de tanta importância, um cargo de magistratura, na opinião aqui deste político de 1º mandato, bacharel em Direito, Deputado Edgar Bueno, uma opinião pessoal, mas um cargo de extrema importância que vai julgar as contas do Governador, dos Prefeitos do estado do Paraná, na minha opinião tinha que ser um cargo de carreira, ocupado por profissionais técnicos. E na minha opinião, um cargo de magistratura não poderia ser nomeado, porque a análise das contas não poderia ter motivos políticos. Deveria ser analisado de maneira extremamente técnica, porque desta forma, nomeado assim politicamente, no mínimo acarreta suspeição.

Subo hoje aqui na tribuna como Parlamentar do PPS, o partido que fecho questão, um partido de posicionamento extremamente firme, rígido e eu me orgulho justamente pelo fato de estar fazendo parte de um partido que possui esta determinação e, através da radicalidade democrática, decidiram que os Parlamentares, os Deputados, poderiam estar abertos para votarem em outros candidatos que não seja candidato do Governo, o Sr. Mauricio Requião.

E nós, analisando juntamente com os colegas do PPS e principalmente por eu ter feito um estudo, Sr. Presidente, e ter procurado a publicação do decreto da aposentadoria do Conselheiro Naigeboren, e eu não encontrei a publicação, e a aposentadoria, pelo que me consta, essa aposentadoria voluntária ainda vai ser apreciada pelo Tribunal e, segundo o Regimento, segundo a legislação, a vacância só existe após a publicação.

Portanto, uma opinião pessoal de um Deputado é de que esta eleição, nesta tarde, na minha opinião, não tem valor. Poderia ser contestada. Portanto, quero deixar bem claro, e aqui o voto é aberto, e eu tinha um candidato que cumpria todos os requisitos, na minha opinião, para assumir esse cargo tão importante, uma pessoa técnica, experiente, que já está no Tribunal de Contas. Este seria o meu candidato. Mas se eu votar nesse candidato eu estaria legitimando a votação que, a meu ver, é irregular.

Portanto, tenho a tranquilidade de dizer que vou me abster desta votação. Não estarei votando na tarde de hoje. Vou votar pela abstenção, porque acredito, volto a repetir, que esta eleição, que esta votação está sob suspeição e poderá ser contestado judicialmente. Porém, quero deixar aqui bem claro que não tenho nada contra o Mauricio Requião, nem o conheço pessoalmente, não tenho nada contra ele, mas não acho correto, não acho certo e aqui deixo meu registro, nesse pronunciamento. E na verdade, um questionamento também: se o voto fosse secreto, aqui na Assembléia Legislativa, se o voto fosse secreto para esta eleição, será que a votação não seria diferente? É algo para se pensar!

Portanto, deixo claro aos meus eleitores, aos cidadãos paranaenses, que não estou concordando com esta eleição e por este motivo estarei me abstendo da eleição.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

Apenas para tranquilizar o Deputado Marcelo Rangel, esta presidência tomou todas as precauções no que diz respeito à vacância, através da correspondência expedida pelo Presidente do Tribunal de Contas. Por esta razão, só iniciamos os trabalhos para substituição do Conselheiro Henrique Naigeboren, depois da comunicação oficial do Presidente Nestor Baptista, não antes disso. Por isso, V. Exa. pode votar sem preocupação, não há necessidade de se abster.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em se tratando de uma Sessão Especial da Assembléia Legislativa, o momento que vamos escolher o novo Conselheiro do Tribunal de Contas, é óbvio que todos nós já sabemos o resultado, quem será o escolhido. Por esta razão, Srs. Deputados, gostaria, em primeiro lugar, de

cumprimentar os demais paranaenses que se inscreveram, que colocaram seus nomes à disposição, que foram questionados, sabatinados, que preencheram os requisitos necessários para que pudessem postular este tão almejado cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas. Por essa razão, quero cumprimentar todos os inscritos.

Em segundo lugar, quero lembrar a todos, mais uma vez, que esta vaga é uma vaga da Assembléia Legislativa. Para que fique registrado, mais uma vez, nos Anais da Casa, para que os paranaenses que estão nos assistindo neste momento tomem conhecimento que dos sete Conselheiros do Tribunal de Contas, quatro são indicados pela Assembléia Legislativa, um é indicado por livre escolha do Governador do Estado do Paraná, um outro Conselheiro é indicado também pelo Governador do Estado do Paraná numa lista tríplice dos auditores do Tribunal de Contas, um outro Conselheiro também é indicado pelo Governador do Estado do Paraná, escolhido através de uma lista tríplice enviada pelos Procuradores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Por esta razão, entendemos que o Governador, além de indicar uma pessoa de sua livre escolha, ele também indica mais dois de listas tríplexes. Então, são três Conselheiros que o Governador indica para o Tribunal de Contas.

Esta, como é uma vaga da Assembléia Legislativa e nós sabemos, com todo respeito e não queremos discutir a qualificação, a especialização, a especialidade do Sr. Mauricio Requião irmão do Governador. Nada pessoal contra ele, absolutamente nada. Mas Mauricio Requião é irmão do Governador, ele não é mais um dos inscritos dos outros postulantes ao mesmo cargo. Se trata nada mais, nada menos do que o irmão do Governador Roberto Requião.

Como a vaga é da Assembléia Legislativa e nós tínhamos aqui dois postulantes, dois Deputados interessados. Um o Deputado Caíto Quintana, e olhamos no painel e ele nem está presente nesta Sessão até o momento. O Deputado Caíto Quintana, Deputado por tantos anos, foi Relator da Constituição do Estado do Paraná, Deputado Estadual por inúmeros mandatos, Chefe da Casa Civil, pessoa da mais alta qualificação profissional e que muito bem poderia representar esta Casa, pela vaga aberta pela aposentadoria do Conselheiro Dr. Henrique.

Outro postulante, Deputado Durval Amaral que tive o prazer e o privilégio de iniciar junto com o senhor, Deputado Durval, em 1991 aqui na Assembléia Legislativa, como tantos outros Parlamentares mais daquela leva de 1990. Se não me falha a memória, são 16 Deputados ainda de 1991 que permanecem Deputados até hoje. Deputado Durval Amaral Secretário de Estado, Presidente da CCJ, profundo conhecedor de notório conhecimento jurídico, da mais alta qualificação técnica, tanto contábil, quanto econômica. Reúne todas as condições.

Disse na semana passada Deputado Nelson Justus que tinha ouvido nesta Casa inúmeros pronunciamentos. Mas, o pronunciamento que mais tem me comovido, falo

de coração neste momento, foi o do Durval Amaral quando ele se sentiu como um pretense candidato, um pré-candidato ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas. Ele viu na sua frente nada mais, nada menos que um concorrente, o irmão do Governador. E disse muito bem o Deputado Durval: “A disputa é desigual. Não estou disputando contra o Mauricio Requião. Estou disputando contra o irmão do Governador. E como ficaria e como ficarão os meus companheiros, aqui, na Assembléia Legislativa.” Para não constranger os seus Pares, Deputado Durval, V. Exa. não fez a sua inscrição. E V. Exa. foi muito feliz quando disse: “Estou disputando a eleição contra o Governador”.

O Governador tem a grande maioria na Assembléia Legislativa, nem eu e nem o Líder da Oposição Deputado Rossoni, ninguém de nós tem nada contra nenhum candidato, bem pelo contrário, todos merecem o nosso respeito, mas em se tratando da escolha de um Conselheiro ao Tribunal de Contas e o voto é aberto, digo que erramos quando votamos a PEC e instituímos e acabamos com o voto secreto em todas as proposições, nos demos um tiro no pé, porque na verdade são algumas eleições que não dá para ser aberta. E esta é uma das eleições que o voto deveria ser secreto. Como a Assembléia Legislativa já voltou atrás muitas vezes nas suas decisões. Votamos no ano passado no mês de outubro, novembro a PEC do Saneamento Básico. E este ano agora recentemente alteramos a mesma PEC que votamos. Por esta razão acredito que nós Deputados devemos rever também a questão do voto secreto em algumas ocasiões, em algumas determinações.

Mas, por que vim à tribuna? Srs. Parlamentares, me lembrou o Líder da Oposição, o Deputado Valdir Rossoni, que encaminhou também já a votação do Conselheiro. Ele me disse antes de subir à tribuna: “Elio lembre que os Deputados da Oposição, nós ao menos, alguns Deputados, vamos nos abster do voto.”

Disse-me o Deputado Durval Amaral que em seu nome, em nome do Deputado Plauto, em nome do Deputado Durval, em nome do Osmar Bertoldi, são os Deputados do Partido Democratas, nós vamos nos abster do voto.

Tenho certeza que mais Deputados haverão de se abster do voto. Embora nós já sabemos Deputado Valdir Rossoni, qual será o resultado. Já sabemos, que o escolhido será exatamente o irmão do Governador e não o Mauricio Requião. Porque se o Mauricio Requião não fosse irmão do Governador, com toda a certeza - agora vejo a presença do Deputado Caíto Quintana - Deputado Caíto Quintana a disputa hoje seria entre a sua pessoa e do Deputado Durval Amaral, que sem sombra de dúvida iria polarizar a disputa e os votos dos 54 Parlamentares da Assembléia Legislativa. O Deputado Caíto Quintana acredito também, sentindo, em se tratando do irmão de Governador, ele também não se inscreveu para esta vaga, como fez o Deputado Durval Amaral.

Por esta razão, Sr. Presidente e Srs. Deputados, fiz este rápido encaminhamento para deixar bem claro a nossa posição. Nada contra, pelo contrário, parabênizo a todos pelo fato de ter se inscrito, mas por uma questão de coerência, até de estratégia da Bancada da Oposição e de alguns Deputados, nós vamos nos abster do voto.

Gostaria de mais uma vez, Deputado Durval Amaral, de cumprimentar pela grandeza que V. Exa. teve como amigo e como companheiro dos seus Pares aqui na Casa, de não os constranger, porque se o voto fosse secreto, eu teria certeza que o seu nome estaria hoje na lista dos candidáveis, assim como o Deputado Caíto Quintana também. Mas, como o voto é aberto, é difícil para os Parlamentares que integram a base do Governo, num momento desse, na escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas, mais do que nunca esse voto será um voto patrulhado, será um voto policiado, será um voto até de intimidação com seus Parlamentares.

Lamento profundamente que a Assembléia Legislativa, num momento igual a esse, nós engolimos duro, seco, essa posição de uma vaga que é nossa, que é da Assembléia Legislativa e entregá-la também para o Governador do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa, meus Pares, devemos saber, sim, o que é de nossa competência e o que não é. Lamento profundamente e, antecipadamente, quero desejar ao novo Conselheiro que será escolhido, que ele possa fazer o julgamento de acordo com os critérios técnicos, de acordo com a legislação, se ele poderá efetivamente legislar, ou se ele efetivamente poderá analisar as contas de acordo com a legislação que temos hoje em nosso estado, e de acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas.

Encerro o meu encaminhamento dizendo do nosso voto. Vamos nos abster da votação, como inúmeros Deputados vão se abster da votação. Nada pessoal contra ninguém. Mais uma vez, parabéns aos candidatos que estão aqui na tribuna, que se inscreveram para disputar um cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas.

Obrigado, Sr. Presidente. Parabéns, Deputado Durval e Deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pela ordem o Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Só para comunicar a V. Exa., tenho um projeto de minha autoria, havia dito ao Deputado Durval Amaral que esperaríamos essa eleição de Conselheiro e o nosso projeto vamos voltar, e se aprovar por esta Casa é para acabar com essa campanha e o cargo de Conselheiro passar a ser feito através de concurso público, com ampla possibilidade à aquele que for inteligente, aquele que tiver competência e aptidão para tão importante cargo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passamos a palavra ao Deputado Waldyr Pugliesi.

Deputado Waldyr Pugliesi (PMDB)

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Antes de mais nada quero deixar aqui minha convicção. Não acredito que nenhum Deputado venha a votar contra a sua consciência, porque a votação é em aberto. Historicamente tenho defendido que o voto secreto é uma conquista da democracia. Estou estranhando que aqueles que muitas vezes batalharam tanto para que o voto fosse aberto, hoje querem colocar essa posição como alguma coisa que vá favorecer a escolha do novo Conselheiro do Tribunal de Contas. Não é assim! Deixo aqui como proposta que nós voltemos, nós todos Parlamentares, a discutir essa questão de maneira tempestiva e pertinente.

Gostaria, Sr. Presidente, que todos aqueles que estavam pretendendo disputar essa indicação, que pudessem fazê-lo. Não sou adepto de renúncias, nem casos extremos. Quero deixar aqui registrado o meu apreço ao Deputado Caíto Quintana, ao Deputado Durval Amaral e a tantos outros aqui da Assembléia que teriam todas as condições para serem guindados ao Tribunal de Contas do Estado.

Quero homenagear todos aqueles que se apresentaram também como postulantes ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas.

Mas essas questões precisam ser aprofundadas, todas elas, mas como Líder da Bancada do PMDB, quero deixar aqui, de maneira muito clara, que nós da Bancada do PMDB construímos a nossa unidade. Discutimos à exaustão esse tema, essa questão. E todos os nossos companheiros, bem como aqueles que se somam à defesa das políticas públicas do Governo Requião, aqui estão de maneira muito clara deixando essa posição. Vamos votar no candidato que se apresentou de maneira muito importante, como todas as outras candidaturas. Vamos votar no Mauricio Requião de Mello e Silva.

Permita-me fazer um breve relato da caminhada acadêmica e profissional do nosso companheiro Mauricio Requião. Ele engrandeceu o Governo do Paraná como Secretário da Educação, ele trabalhou de maneira muito forte para que pudéssemos ter as melhorias que conquistamos na área da Educação, que é fundamental para a construção de uma verdadeira nação. E da mesma maneira que ele foi defensor do interesse público e fiel ao estado do Paraná, como Diretor-Presidente da FUNDEPAR, como Secretário de Estado da Educação, certamente ele será um cumpridor competente das obrigações atinentes ao desempenho do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas.

Entendemos que não existem óbices legais para que possamos votar no nome que estamos propondo,

aqui, ao conjunto de Deputados da Assembléia Legislativa do Paraná.

Portanto, Sr. Presidente, tenho certeza que com competência e imparcialidade, o futuro Conselheiro do Tribunal de Contas, Mauricio Requião de Mello e Silva dará conta, em nome de todos nós, destas atribuições que ele terá que desempenhar, como falei, com competência e com grande imparcialidade.

Por isso, volto a repetir, nós do PMDB e os outros companheiros que se somam a nós, do PMDB, iremos votar com muita convicção em Mauricio Requião de Mello e Silva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk, por cinco minutos.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores, telespectadores.

Serei muito breve, até porque por exigência do grupo, faço questão de registrar a razão pela qual estamos votando para Conselheiro no Mauricio Requião.

Nós organizamos um grupo com 10 Parlamentares. Fomos procurados, nós, os que compomos o Bloco Independente, por dois Deputados, e finalmente agregamos 10 nomes. E desde o princípio fechamos questão de que a maioria de votos faria com que, na sua totalidade, votássemos para este ou para aquele candidato à vaga no Tribunal de Contas.

Os 10 Parlamentares em questão, Deputado Reinhold Stephanes, Reni Pereira e Fernando Ribas Carli Filho, do PSB; Douglas Fabrício e Marcelo Rangel, do PPS; Chico Noroeste, do PR; Edgar Bueno e Augustinho Zucchi, do PDT; Duílio Genari, do PP; Deputada Rosane Ferreira, do PV, que inclusive está numa Audiência Pública e este Parlamentar que vos fala, do Partido Republicano Brasileiro, desde o início, como já foi dito, tanto o Deputado Douglas Fabrício como o Deputado Marcelo Rangel, aguardavam uma decisão do seu partido, e caso isso acontecesse, eles seguiriam, acompanhariam a determinação do seu partido. Então, isto já estava previsto. Os outros oito votos restantes decidiram, na sua maioria, seis votos, pela candidatura de Mauricio Requião. E os dois outros votos foram votos vencidos.

Subo a esta tribuna apenas para registrar a razão pela qual os oito Parlamentares, embora não tenha havido unanimidade, votarão submetendo-se ao acordo inicial destes 10 Parlamentares. É o registro que faço, Sr. Presidente, conforme orientação da nossa Bancada suprapartidária.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedemos a palavra ao Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Uso a tribuna rapidamente para dizer que o Partido dos Trabalhadores, que tenho a honra de liderar neste período, os Deputados do PT votarão a favor de Mauricio Requião, indicando-o para o Tribunal de Contas.

Queria apenas fazer rápidas reflexões.

Primeiro, é importante esclarecer ao povo do Paraná que o Tribunal de Contas é um órgão ligado à Assembléia Legislativa, que assessora a Assembléia. É, portanto, um órgão que tem um conteúdo político, sim, porque quando o Tribunal julga a conta de um município ou do Governo, esse julgamento vem para Assembléia Legislativa ou vai para as Câmaras Municipais. Então, não podemos criar um mito para o povo paranaense que o conselheiro tem que ser um cargo eminentemente técnico, escolhido através de concurso público. Aliás, esse mito está se aprofundando no país, onde há uma espécie de criminalização absoluta da política, como se a política fosse uma coisa menor e como se só tivesse valor aquilo que fosse objeto de concurso público e assim por diante. Por isso que no Poder Judiciário, há países que entendem que os Juízes devem ser eleitos pelo povo.

Então, é uma questão muito complexa, é um argumento muito fácil, mas quando aprofundamos, ele não resiste a uma análise mais profunda e mais apurada. Essa falácia que o Tribunal de Contas tem que ser eminentemente técnico, ele é auxiliar da Assembléia e, repito, as contas julgadas pelo Tribunal passam pelas Câmaras e aí vamos perguntar quem teria menor isenção para julgar: um órgão técnico ou as Câmaras Municipais, que são órgãos eminentemente políticos?

A segunda questão que gostaria de levantar é o aprendizado. Do ponto de vista teórico é muito fácil quando discutimos aqui se o voto dos Deputados, dos homens públicos, deve ser secreto ou aberto. Tende-se a dizer que o voto deve ser aberto, mas acho que nesta votação o voto deveria ser secreto. O correto seria isso, como na eleição da Mesa da Casa, como na cassação de um Parlamentar, acho que o correto seria que o voto fosse secreto, mas isso é matéria vencida e não está em discussão neste momento, já que a Assembléia aprovou que o voto é aberto em todas as circunstâncias nesta Casa.

Voto, portanto, com a minha consciência na mais absoluta tranquilidade. Entendo que o Mauricio Requião é uma figura que tem uma história ilibada, foi Deputado Federal, Secretário da Educação do Estado, ocupou vários cargos e conhece a estrutura política, a estrutura da administração pública no país e no Paraná. Portanto, a Bancada do PT vota com muita tranquil-

idade no nome de Mauricio Requião para Conselheiro do Tribunal de Contas.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrado o encaminhamento, lembramos aos Srs. Deputados que passamos à entrega da lista dos candidatos aprovados pela Comissão Especial.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Gostaria de solicitar à Mesa, tendo em vista que está ocorrendo simultaneamente uma outra Audiência Pública, onde há dois Deputados, que fossem chamados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bem lembrado. Vou providenciar que sejam chamados a Deputada Rosane Ferreira e o Deputado Tadeu Veneri, que estão no plenarinho, na reunião que homenageia os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Solicito aos Srs. Deputados que tomem assento aos seus lugares, pois a Deputada Cida Borghetti procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados, que devem se dirigir ao microfone e declinar o nome do candidato que se encontra na lista de relação de nomes. A Deputada Rosane Ferreira e o Deputado Tadeu Veneri já se encontram no plenário.

Com a palavra a Deputada Cida Borghetti.

Eleição:

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

(**Inicia à chamada nominal dos Deputados para a votação**).

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para Mauricio Requião 43 votos e nove abstenções.

ELEIÇÃO PARA CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Candidato	Votos
01. Jorge Antônio de Souza	0
02. Gabriel Guy Léger	0
03. Maurício Requião de Mello e Silva	43
04. Riccardo Bertotti	0
05. Rogério Iurk Ribeiro	0
06. Abstenções	9
TOTAL	52

Tendo em vista o resultado, colocamos em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/08, que aprova o nome do Sr. Mauricio Requião para ocupar o cargo do Conselheiro do Tribunal de Contas. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Declaro, portanto, eleito, para Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Sr. Mauricio Requião.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, no horário regimental.

(Levanta-se a Sessão).